



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 272/2021

Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Segurança Pública

UNIDADE: Polícia Militar do Estado de São Paulo

EMENTA: Solicitação de informação sobre o número de processos administrativos disciplinares, sindicâncias, investigações, etc abertos contra determinado ex-policia militar, em que o referido agente público esteja/esteve envolvido; com inclusão de eventuais envolvimento em autos de resistência e qualquer outra averiguação realizada em razão do emprego de equipamento letal ou menos letal (sem serviço ou fora); número de identificação/registro desses processos; Situação atual de cada processo (se houve aplicação de sanção ou não) .Adequado atendimento da demanda. Dados identificáveis. Provimto negado.

DECISÃO OGE/LAI nº 272/2021

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Polícia Militar do Estado de São Paulo, conforme consta do protocolo SIC em epígrafe, para acesso à informação sobre o número de processos administrativos disciplinares, sindicâncias, investigações, etc abertos contra determinado ex-policia militar, em que o referido agente público esteja/esteve envolvido; com inclusão de eventuais envolvimento em autos de resistência e qualquer outra averiguação realizada em razão do emprego de equipamento letal ou menos letal (sem serviço ou fora); número de identificação/registro desses processos; Situação atual de cada processo (se houve aplicação de sanção ou não).
2. Em resposta e recurso, o ente informou que, segundo decisão anterior da Comissão Estadual de Acesso à Informação - CEAI, as informações solicitadas são de natureza pessoal. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado (OGE), conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015.
3. Instado a esclarecer as fundamentações, o órgão reiterou a negativa e informou, ainda, que as informações numéricas seriam identificáveis, podendo expor as informações pessoais do ex-servidor.
4. Em análise do caso concreto, verifica-se que o ente atendeu adequadamente a demanda, justificando a negativa ao acesso da informação, nos termos dos artigos 11, § 1º, II e 31, § 1º, I da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à

Classif. documental

999.99.99.999

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado



Informação - LAI).

5. Considerando que o ente não atendeu ao pedido de informações formulado pelo interessado, amparado pela Lei de Acesso à Informação - LAI, indicando as razões de fato da recusa total ao acesso pretendido, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II e § 4º, c/c o artigo 22 da citada Lei federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 05 de julho de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel
Ouvidor Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado